
**TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO AREAL DA
BARONESA – PORTO ALEGRE/RS**

Taís de Medeiros Silva

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

taism.geo@gmail.com

Artigo recebido em 18/03/2014 e aceito para publicação em 08/050/2014

DOI: 10.12957/tamoios.2014.9938

Resumo

Este artigo discute os conceitos geográficos de território e territorialidade, relacionando a concepção destes com a comunidade quilombola do Areal da Baronesa, buscando apresentar algumas representações para este espaço.

Palavras-chave: Território; territorialidade; espaço; identidade.

Abstract

Keywords:

INTRODUÇÃO

A discussão sobre os conceitos geográficos sempre apresentou significativa importância, pois estes são os instrumentos fundamentais para a compreensão da realidade humana dentro desta ciência. Conforme Moreira (2010, p. 108) "a ciência é uma forma de representação que vê e organiza o mundo através do conceito, restringindo a relação entre a imagem e a fala a esse nível de representação", sendo que, dentro da ideia deste mesmo autor, o conceito vem de nossa relação lógica com mundo e nos permitem a uma racionalização e a construção do conhecimento.

Este trabalho tem como objetivo analisar brevemente os conceitos de território e territorialidade, tendo como pano de fundo a comunidade quilombola do Areal da Baronesa, situada na zona central da cidade de Porto Alegre/RS, mais especificamente entre os bairros Cidade Baixa e Menino Deus. Será possível então, através da interpretação destes conceitos, entender aspectos que envolvem tanto a segregação social deste espaço e os conflitos existentes quanto os aspectos simbólicos que dizem respeito ao processo de identificação de territórios quilombolas.

Na análise do território e da territorialidade incorporamos autores como Raffestin, Sack, Claval e Haesbaert, cujas reflexões permitem pensá-lo através do ponto de vista simbólico e também material.

SOBRE O TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

O conceito de território, segundo Haesbaert (2002) é amplamente utilizado não somente na Geografia, mas também nas ciências naturais e ciências sociais como, por exemplo, a Ciência Política e a Antropologia. Dentro da ciência biológica, este termo se refere a área de influência e predomínio de uma espécie animal, já na geografia, remete a uma visão onde o aspecto humano seria preponderante, relacionado então este conceito às sociedades humanas.

Primeiramente, é necessário que se destaque seu sentido etimológico, que valoriza sua base material, já que a palavra território é derivada do termo latim terra e corresponde ao termo territorium. Designa um pedaço de terra apropriado dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa e, segundo alguns dicionários como o Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine e o Dicionário de Inglês Oxford, significa terra-territorium e terreo-terror, ou seja, terra e terror, também é um lugar de onde as pessoas são expulsas ou advertidas para não entrar. Desta forma, o que se propagou a respeito do território está relacionado a estes dois sentidos: diz respeito à terra (materialidade) e aos sentimentos que o território inspira (HAESBAERT 2004).

No campo da geografia, este debate tem sua raiz no que foi chamado de Geografia Clássica, relacionada à ideia de território nacional, ou mesmo vinculada à natureza, que é um elemento fundamental do conceito de espaço vital trazido por Ratzel. Este autor considerava o território como um espaço concreto, apropriado por um grupo social ou por um Estado-Nação que administra este espaço através de leis e onde todos serão unidos por laços comuns, como por exemplo a linguagem ou seus hábitos culturais. Neste sentido o território seria a base do Estado e a condição de sua existência, pois nele encontramos os recursos naturais que sustentam a sociedade. Desta forma o poder político acaba se apresentando como uma força máxima, onde todos os demais poderes são a ele subordinados.

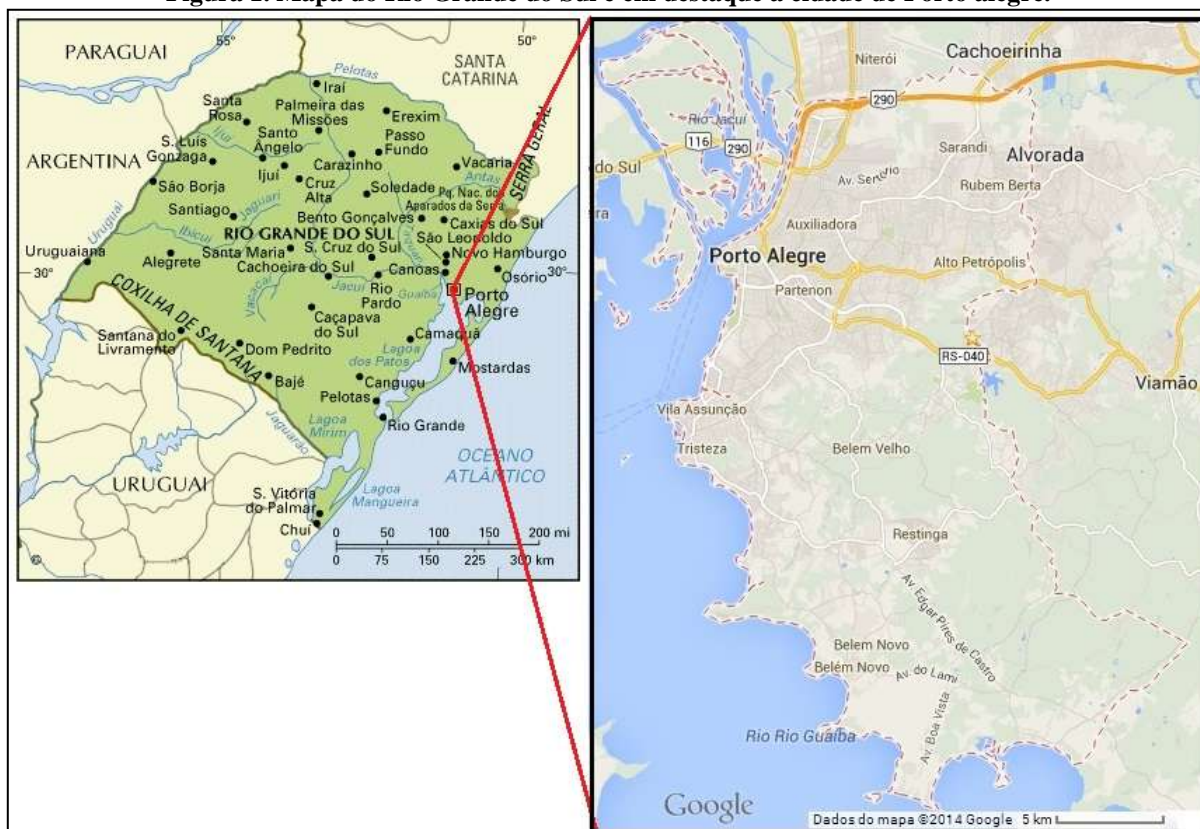
Dentro desta ideia de território como um espaço concreto, apropriado por determinado grupo, citamos

agora a comunidade do Areal da Baronesa e mencionamos Souza quando este diz que:

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto de territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. (SOUZA, 1995, p. 81).

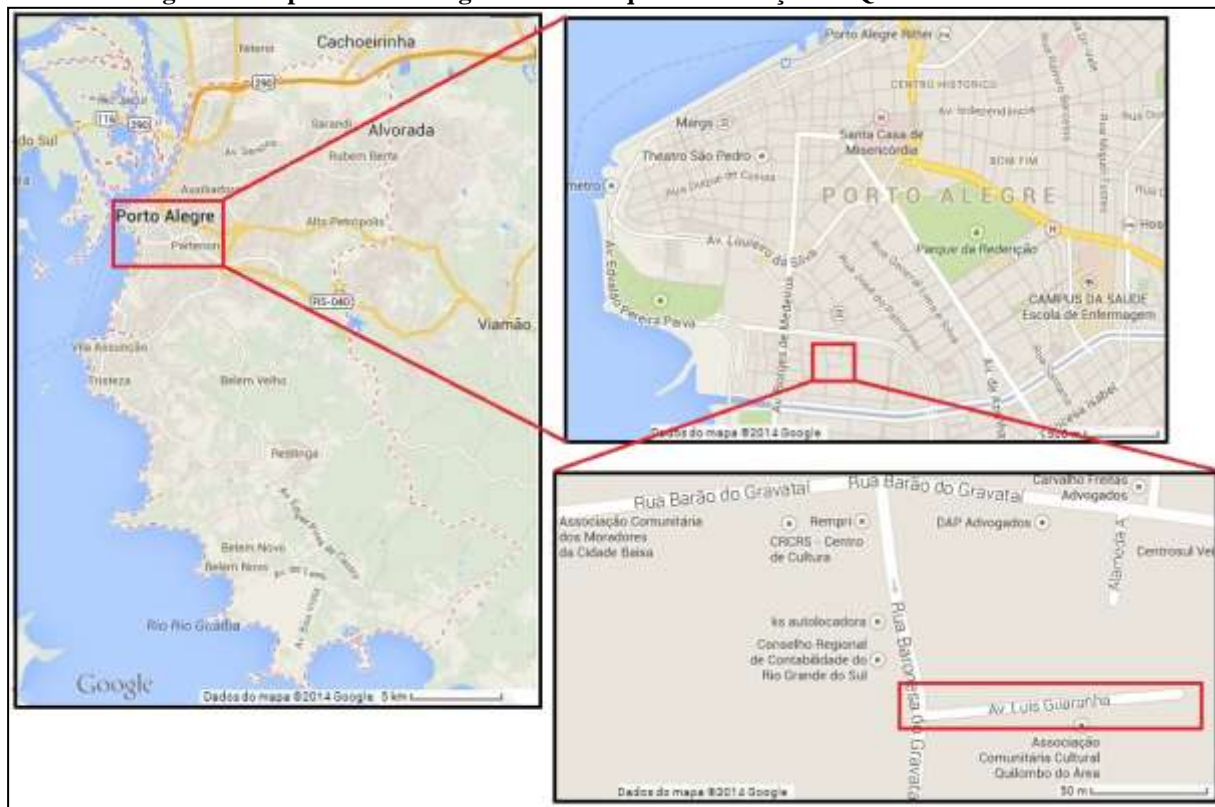
Situados na Rua Luiz Guaranha, este é beco sem saída situado entre as ruas Barão do Gravataí, Baronesa do Gravataí, Coronel André Belo e Múcio Teixeira. Oficialmente pertence ao bairro Menino Deus¹, mas pode ser considerado, na verdade, uma fronteira entre este e o bairro Cidade Baixa² (Figuras 1 e 2). Conforme Costa (2008, p. 51), “a via não tem saída, terminando em um alargamento de formato mais ou menos circular, como um 'largo' que é devidamente apropriado pelos moradores, sobretudo pelas crianças brincando. Não há circulação de automóveis com frequência”. Segundo Marques (2006, p. 22), “a Luiz Guaranha possui uma área de 5.210,75 m²”. Já na pesquisa realizada por Costa (2008, p. 49) são “71 famílias divididas em 60 residências (...) compostas por 256 membros (...) e a renda média mensal de 81% das famílias é de 4 salários mínimos³” que, se comparada a renda mensal dos moradores da Cidade Baixa e do Menino Deus, respectivamente 11,1 e 15,8 salários⁴, demonstra o abismo que separa os moradores da área do entorno.

Figura 1. Mapa do Rio Grande do Sul e em destaque a cidade de Porto Alegre.



Fontes: <http://www.mapas-rs.com/> e <https://www.google.com.br/maps/preview>

Figura 5. Mapa de Porto Alegre e em destaque a localização do Quilombo do Areal.



Fonte: <https://www.google.com.br/maps/preview>

A partir desta descrição percebe-se que o território é um conceito amplo, não abarcando somente o material, mas, neste caso, também o social, e por esta razão que Haesbaert (2004) comenta que a leitura deste conceito pode ser feita através de diferentes perspectivas, por exemplo, a materialista, a idealista, a relacional e a integradora, cada uma delas procurará discutir este tema, mostrando que a utilização do conceito ocorre em razão das discussões que se pretende levantar com o mesmo. A materialista aponta que a ligação material entre território e natureza é explícita, ou seja, a natureza é uma fonte de recursos. A idealista se refere ao espaço investido de valores além do material, são também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. Na relacional espaço é visto completamente inserido dentro das relações social-históricas, concebendo o território como movimento, fluidez, conexão e também de temporalidade. E por último, na perspectiva integradora espaço natural, econômico, político e cultural integrados.

Estas diversas concepções de território, possuindo diferentes definições, acabaram contribuindo e também dificultando sua compreensão, mas, mesmo com a multiplicidade das perspectivas utilizadas, Haesbaert (2004) identificou um elemento presente nos quatro enfoques citados anteriormente e de grande relevância na sua definição. Este elemento se refere a grande proximidade com as idéias de controle, domínio e apropriação do espaço.

Atualmente, o conceito de território possui três noções básicas, a política, a econômica e a cultural. A primeira se refere as relações de poder em geral, onde um espaço é delimitado e controlado através do exercício do poder. A segunda dá destaque as dimensões espaciais das relações econômicas, onde o território será a fonte de recursos. A última fala do aspecto simbólico-cultural de um espaço, sua característica mais subjetiva e sendo este um produto de apropriação de um grupo (HAESBAERT, 2004).

Neste sentido, o processo de produção e apropriação do território possui sua origem tanto em fatores econômicos como políticos ou culturais, abordados de maneira diferente por estudiosos que, direta ou indiretamente, possuem suas próprias posições, privilegiando os aspectos políticos e econômicos, ou econômicos e culturais, ou ainda, aspectos culturais e políticos, dependendo de seus pontos de vista (SAQUET 2004).

Desta forma, é possível perceber o território como sendo, nas palavras de Haesbaert (2005) “sempre múltiplo, diverso e complexo, ao contrário do território ‘unifuncional’ proposto pela lógica capitalista hegemônica”. O território está, de acordo com o autor (2004) mergulhado em relações de dominação e apropriação sociedade-espço, “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’”.

Partindo então da releitura do território através desta apropriação mais subjetiva, Haesbaert (1997, p. 40) afirma que o “território é visto, sobretudo, como produto da apropriação /valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”. Esta reflexão atual sobre território juntamente com a dimensão vivida, segundo Saquet (2007), é trazida por Claude Raffestin, quando este amplia a compreensão das formas de poder e das formas de territorialização. Também é comentada, de acordo com Claval (1999), por Robert Sack explicando que territorializar significa controlar e/ou restringir acessos e ações, estendendo a territorialização para diversas escalas. O surgimento e a difusão do horizonte humanista-cultural na Geografia, que inclui a matrizes socioculturais na compreensão de dinâmicas acabam humanizando o espaço.

Quanto esta territorialidade citada anteriormente, Sack (1986) diferencia uma territorialidade animal, que é motivada por instintos, e uma territorialidade humana, que, de acordo com o autor (1986, p. 19), é “uma tentativa por um indivíduo ou um grupo de afetar, influencia ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica”. A eficácia disto dependerá da realização de três tarefas: uma forma de classificação por área, uma forma de comunicação e uma tentativa de afirmação do controle do acesso sobre o que está dentro, ou sobre o que está fora por parte de quem está dentro da área, enfatizando desta forma os vínculos do território com as relações sociais. Sack (1986, p. 26) diz que a “territorialidade é a primeira forma espacial que o poder assume”.

Estes três fatores acabam se relacionando através da sua percepção em todas as sociedades, podendo também ser ignorados ou não percebidos, o que nos leva a observá-los em diferentes contextos históricos. Por esta razão que surge a importância da inserção da geografia e história como ciências de interpretação e estudo das territorialidades humanas, visando à formação, interpretação e divulgação da teoria da territorialidade, considerada por Sack (1986) como a mais importante no plano terrestre.

Em outra perspectiva sobre territorialidade Raffestin (1993) comenta que esta pode ser definida como um conjunto de relações que desenvolve uma coletividade, existindo assim, um indivíduo que a ela pertence, com a exterioridade e/ou a alteridade por meio de mediadores ou instrumentos. Esta concepção deriva do entendimento do território como posterior ao espaço, o fruto da apropriação do último por parte de um coletivo que visa se organizar espacialmente induzido por ações e comportamentos seria a produção de sistemas territoriais.

Trazendo novamente a comunidade do Areal da Baronesa, seus moradores vivem em uma área anteriormente conhecido como Areal ou Arraial da Baronesa, lugar que concentrava a população de baixa renda da cidade no século XIX, principalmente ex-escravos e imigrantes. Atualmente percebe-se um contraste com o entorno, já que, ao chegar ao local, averiguamos a segregação territorial desta rua, que concentra, ainda hoje,

habitantes de baixo poder aquisitivo. Este espaço resistiu ao longo destes anos a diversos planos de remodelamento e desfavelização da área central de Porto Alegre, também lutou contra tentativas de tomada do terreno para construção de novos empreendimentos. Estas lutas culminaram no reconhecimento dos moradores como uma comunidade remanescente de quilombo, uma estratégia de resistência ao processo de reurbanização que ocorre nas grandes cidades e acabou gerando uma divisão espacial e uma forte diferenciação social, com a área que se desenvolveu ao seu entorno (Figuras 3 e 4).

Figura 28: Rua Baronesa do Gravataí, esquina com Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto.



Fonte: Foto da autora (2012).

Figura 34: Entrada da Rua Luiz Guaranha.



Fonte: Foto da autora (2012).

A área que ocupam, de acordo com a pesquisa de Mattos (2000), era inicialmente uma propriedade particular de Luís Guaranha, caixeiro viajante que foi adquirindo lotes na área do Areal da Baronesa e alugava casas para a população de baixa renda. Após sua morte, o terreno e as casas são destinados à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, na forma de doação da prefeitura, prática comum para o caso de não existirem herdeiros. A única exigência foi dar o nome do antigo dono à Avenida. A Santa Casa se torna responsável pela coleta dos aluguéis cobrados dos moradores e isto ocorre de uma forma muito flexível.

Devido aos constantes atrasos, a Santa Casa termina por entregar o terreno a uma imobiliária, para que essa sirva de intermediária nas cobranças. Esta imobiliária agia de forma mais rígida quanto aos prazos de pagamento e passou a ameaçar os inadimplentes de despejo, assim como solicitar os documentos de posse do terreno, que os moradores não possuíam, pois, conforme visto, o terreno não pertencia a eles, tanto no período de Luiz Guaranha quanto da administração da Santa Casa, tratando-se então de uma ocupação irregular. (MARQUES, 2005). Irregular, pois ainda no século XIX, segundo Moura,

(...) onde mesclavam-se com casarões e prédios públicos e os negros podiam tecer com mais facilidade as relações que lhes facilitariam os aspectos profissionais e afetivos. [...] eram habitações populares, muitas vezes surgidas do abandono de velhos casarões de famílias abastadas (seja por falência familiar, problemas no inventário, etc.) que tinham seus diversos aposentos locados, ou então eram conjuntos habitacionais compostos de minúsculos casebres (quartos) distribuídos ao longo de um pátio - o qual servia de 'serventia comum' dos inquilinos para lavagem de roupas, cozinhas, encontros - muitas vezes localizadas aos fundos de uma venda ou taberna. (MOURA, 2001, p.88).

Grande parte destas subhabitações se encontravam na área central de Porto Alegre e foram erguidos em terrenos baldios, devolutos e ou de propriedade pública ou privada, formando os loteamentos irregulares ou vilas situados nas cercanias da cidade, conforme visto anteriormente. Assim, retornamos então, ao período em que os moradores lidavam com as cobranças da imobiliária, onde Marques comenta que:

(...) quando a entidade tenta impor um intermediário impessoal para a cobrança dos aluguéis, a comunidade se rebela e, mobilizada, consegue influência política junto à prefeitura, que acaba por permutar o terreno com a Santa Casa, dando-lhe outro em troca. O terreno da Luís Guaranha passa a ser de posse do DMHAB. Os moradores deixam de pagar aluguel, e ocupam as casas em esquemas de usufruto familiar. Assim, as casas não podem ser vendidas, reformadas ou reconstruídas, juridicamente, mas o são, e isso é bastante comum. (MARQUES, 2005, p. 7).

Repassados então ao Departamento Municipal de Habitação (DEM HAB) em 1989, torna-se objetivo da mesma a reestruturação da área, pois o local ainda era visto como arcaico em meio à nova rede que se formou.

Entre os anos 80 e 90, várias são as tentativas de tomada do terreno para a construção de novos empreendimentos, de acordo com Fabiane. O supermercado Zottis e a rede Zaffari desejavam erguer novas filiais na área, o que assustou os moradores, que moravam ali há muitos anos. Já conforme Costa (2008, p. 55), “o Conselho Regional de Contabilidade (CRC/RS) quis construir um hotel para seus sócios na área e vieram com a prefeitura para tirá-los dali”.

Em 1997 a comunidade da Rua Luiz Guaranha solicita, em reunião do Orçamento Participativo, a regularização fundiária para a construção de mais doze unidades habitacionais, recebendo verba para que as casas em estado mais precário fossem desocupadas. Da verba recebida, o que sobra é utilizada para a reforma da

associação da comunidade.

Mas estas construções apresentaram problemas estruturais e a comunidade segue solicitando auxílio junto ao DEMHAB, também continua o assédio quanto a realocação dos moradores para que fosse liberado o terreno. Foi neste momento então que a comunidade toma conhecimento sobre as áreas remanescentes de quilombos e os benefícios deste reconhecimento, entram em contato com a Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura e, em 1998, encaminham a documentação referente à história da região do Areal, se auto-reconhecendo como uma Comunidade Remanescente de Quilombos, como uma estratégia de resistência ao processo de reurbanização que ocorre nas cidades. Nesta documentação, do total de moradores somente um não se reconheceu como descendente de escravos, por motivos não conhecidos pelos demais (MARQUES, 2006).

Dentro deste contexto histórico admite-se o território a partir das relações sociais e da conjuntura ao qual está inserido, podendo este ser concebido pelas relações de poder, desde o poder material ao simbólico, estando ele presente em todo o processo histórico, contendo uma variabilidade de manifestações, sendo constituinte da reprodução social. Quanto a este tema Haesbaert afirma que:

Cada grupo social, classe ou instituição pode 'territorializar-se' através de processos de caráter mais funcional (econômico-político) ou mais simbólico (político-cultural) na relação que desenvolvem com 'seus' espaços, dependendo da dinâmica de poder e das estratégias que estão em jogo. Não é preciso dizer que são muitos os potenciais conflitos a se desdobrar dentro desse jogo das territorialidades. (HAESBAERT, 2004, p. 96).

Desta maneira, aos se territorializar o grupo acaba por definir a sua identidade (Figura 5), pois este local é o seu mundo, onde o território será considerado, de acordo com Saquet (2009, p. 81) um “produto histórico de mudanças e permanências ocorridas num ambiente no qual se desenvolve uma sociedade (...) significa apropriação social do ambiente; ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas”.

Figura 5: Sede da Associação da Rua Luiz Guaranha.



Fonte: Foto da autora (2012).

Ainda segundo Saquet:

A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte de um grupo social e de grupos distintos. Nas territorialidades, há continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar. (...) A apropriação e construção do território geram identidades e heterogeneidades e que, estas, concomitantemente, geram os territórios. (SAQUET, 2009, p. 88).

Estas identidades foram criadas através da luta desta comunidade em garantir o seu território, que possui um significado de coletivo e de acolhimento, pois foi é aqui que mantém seus vínculos, sejam estes com o passado ou com o presente. Este grupo social está, desta forma, unido por interesses semelhantes, às vezes com origens comuns e em um território comum, decorrentes destes laços do pertencimento e de suas interações mediada neste espaço. Santos comenta:

A partir do espaço geográfico, cria-se uma solidariedade orgânica, o conjunto sendo formado pela existência comum dos agentes exercendo-se sobre um território comum. A sobrevivência do conjunto, não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade indispensável ao trabalho e que gera a visibilidade do interesse comum. (SANTOS, 2000, p.109-110).

Deste modo, foram estas práticas que moldaram este território e imprimiram as marcas de todas as suas decisões e intervenções sobre os mesmos. Marcas estas advindas da segregação territorial e social, que acabou gerando um espaço urbano caracterizado por um distanciamento socioespacial com o entorno, onde este foi gerado pelo próprio processo de urbanização brasileira. Heidrich esclarece:

Enquanto a política local interessa às elites como uma possibilidade de adequação da cidade à globalização, às classes populares interessa a consolidação de um espaço de garantia do emprego e da qualidade de vida. A solidariedade existente em função da convivência dos grupos no mesmo território se torna relativa pelo uso de novas tecnologias e pela fragmentação do espaço. O consumo, a habitação, o lazer, entre outras práticas cotidianas, se consolidam como maneiras completamente segmentadas de realização, não apenas localmente segregadas, mas como uma diacronia local-global. De um lado os lugares tornam-se pontos articulados em âmbito global e, de outro, a solidariedade territorial-local é cada vez mais seletiva. (HEIDRICH, 1998, p. 15-17).

Nota-se, desta forma, um processo de fragmentação do tecido social, decorrente de uma distância estrutural entre a comunidade da Rua Luiz Guaranha e o restante dos moradores dos bairros Cidade Baixa e Menino Deus, pois, apesar da proximidade espacial, estes diferentes segmentos estão separados por esta desigualdade brasileira. O mesmo autor (2006, p. 7) afirma ainda que “as situações de pobreza, de exclusão e de informalidade constituem produtos da globalização, da vinculação da vida ao mercado em sua forma plena e extrema”. Isto porque, a pobreza sempre existiu, mas a intensa urbanização das cidades intensifica esta pobreza, devido ao modelo sócio-econômico e a estrutura física, fazendo com que os habitantes de baixa renda possuam menos condições de acessibilidade à serviços e equipamentos urbanos, que são espacialmente distribuídos de maneira diferenciada. Fatores como a especulação imobiliária, os vazios urbanos, a carência de serviços, acabaram por intensificar estas problemáticas, gerando a segregação urbana decorrente da forma de produção do

espaço e do uso do território.

Percebe-se que esta segregação social se materializa no território através de uma segregação espacial nas cidades, pois o uso do espaço urbano se dá em conflitos, a sociedade deseja condições melhores de vida e o capital a valorização do espaço. Foi então a reconfiguração territorial dos bairros Cidade Baixa e Menino Deus, manifestada na elitização crescente do entorno da comunidade, que acabou por descaracterizar o que foi o antigo Areal. Aqui se concentravam as populações pobres e negras que deviam ser removidas para locais “invisíveis” da cidade, distantes das regiões centrais. Estas ações vêm se incluir nas próprias formas de gestão do espaço do município e na garantia da multiplicidade urbana em face à homogeneização de certas áreas. Bonnemaison e Cambrézy (1996, p. 13-14 apud Haesbaert, 2004 p. 72-73) afirmam que “o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer”.

Os dois autores citados acima são importantes quando se procura falar da perspectiva idealista do território, onde o foco será sempre o simbólico-cultural, utilizando mais o conceito de territorialidade do que o de território. Revela-se desta forma um forte conteúdo simbólico, cuja força traduz-se na construção identitária, ou seja, o sentido de pertencer ao território. Heidrich explana que:

Quando se faz parte de um determinado agrupamento humano, ao mesmo tempo se vivencia as relações com o espaço ocupado por esse grupo. Permanecer numa determinada área de modo continuado e repetido e compreender uma história da qual se participa, constrói uma experiência que liga o indivíduo ao grupo e a seu respectivo espaço de convivência e uso. Significa que as pessoas possuem sentimento de pertencimento, uma crença entre os sujeitos de que têm origem comum, que faz sentido intervir na sociedade e no território do qual fazemos parte. (HEIDRICH, 2010, p. 5).

Existe nesta comunidade um forte sentimento de pertencimento a este território, laços calcados nas memórias afetivas e nas experiências dos moradores, ao seu modo diferenciado de habitar a rua e de usufruir deste espaço urbano. O reconhecimento desta área como um remanescente de quilombolas acabou por agregar um novo elemento nas práticas deste grupo, pois além de assegurar o direito de permanência desta comunidade de maioria pobre e afro-descendente se mantém a imagem de contradições sociais na região central de Porto Alegre. Foi a partir desta resistência pela regularização de seu território ao longo de vários anos que se construiu esta identidade como cidadãos que são orgulhosos de suas diferenças e pode-se dizer que, de acordo com esta história, o lugar pertence aos moradores.

CONCLUSÃO

No Brasil, observou-se uma urbanização aglomerada e concentrada, onde algumas cidades atingiram um estágio de metropolização onde se verificou um aumento intenso da população. Esta urbanização intensificou a pobreza, pois, apesar desta sempre ter existido nas cidades, devido ao modelo socioeconômico, fez dos habitantes com menos estruturas ainda mais pobres economicamente. Fatores como a especulação imobiliária, os vazios urbanos, a carência de serviços, acabaram por intensificar a problemática urbana, gerando a segregação urbana decorrente da forma de produção do espaço e do uso do território.

A segregação e as condições de acessibilidade à serviços e equipamentos urbanos passam a ser

diferenciadas, dependentes da classe social e da capacidade de consumo de cada ator. Este processo ocorre em qualquer urbanização capitalista e as relações entre os diferentes grupos sociais têm um reflexo sobre este processo de urbanização. A problemática urbana não se reduz somente a cidade, já esta se traduz também ao homem, à sua vida, às suas lutas e ao seu mundo, isto porque, a cidade é heterogênea, abrigando pessoas diferentes, havendo assim muitas singularidades.

Dentro deste ambiente urbano, fragmentado e caótico, se inserem comunidades socialmente segregadas, que são vestígios de antigas e atuais formas de dominação e controle da sociedade, onde a cidade emerge como um cenário onde seus traços modernos, configurações recentes decorrentes da dinâmica urbana, convivem lado a lado com suas antigas feições. São estes processos de transformação inseparáveis de tensões, conflitos e desigualdades que emergem durante a sua constituição, onde os personagens desempenham seus diversos papéis.

Percebe-se que a segregação social se materializa no território através de uma segregação espacial nas cidades, pois o uso do espaço urbano se dá em conflitos, a sociedade deseja condições melhores de vida e o capital a valorização do espaço. E será neste sentido que o desenvolvimento da pesquisa possibilitou a construção deste trabalho, pois o mesmo se insere neste processo de construção e reconstrução urbana que se verificou, neste caso, na cidade de Porto Alegre a partir, principalmente, no início do século XX.

Historicamente nota-se a ocorrência de uma organização espacial na qual as populações pobres permanecem em regiões marginais da cidade, mas, como no caso da Rua Luiz Guaranha, encontramos estas margens dentro de regiões centrais, que resistem a qualquer empenho à homogeneização do espaço urbano e tornam mais evidentes estas imensas contradições de desigualdade social, que foi o que aconteceu com este local. Este possui uma organização das moradias baseada no aspecto no solo como mercadoria, pois desde a remota Chácara da Baronesa até o momento em que se auto reconheceram como uma comunidade quilombola ocorreu a exploração desta área como moradias de aluguel, preservando, de certa forma, a configuração daquela época.

Deste período do Areal da Baronesa, no século XIX, até o século XXI, não se verificou na Rua Luiz Guaranha uma mudança nas suas condições de vida, já que uma das características deste lugar é o aspecto de marginalização da comunidade, mas sim uma alteração na paisagem ou, conforme já citado, a tudo aquilo que nos é visível. Alteração esta que se iniciou na reconfiguração territorial dos bairros Cidade Baixa e Menino Deus, manifestando-se na elitização crescente do entorno da comunidade, que acabou por descaracterizar o que foi o antigo Areal. Aqui se concentravam as populações pobres e negras que deviam ser removidas para locais “invisíveis” da cidade, distantes das regiões centrais. Estas ações vêm se incluir nas próprias formas de gestão do espaço do município e na garantia da multiplicidade urbana em face à homogeneização de certas áreas.

Porém, por que este grupo permanece no local? Por que não foram removidos, assim como muitas outras comunidades pobres de Porto Alegre? Este fato decorre de lutas que diferentes gerações dos moradores travaram ao longo dos anos, frente às várias tentativas de remoção que sofreram suas famílias, mostrando um histórico de resistência e organização como comunidade. Foi a partir desta resistência pela regularização de seu território ao longo de vários anos que se construiu sua identidade como cidadãos que são orgulhosos de suas diferenças e pode-se dizer que, de acordo com esta história, o lugar pertence aos moradores.

O último e mais contundente ato de resistência veio com a política dos remanescentes de quilombos, visando o direito de permanência de comunidades envolvidas em disputas imobiliárias em solo urbano. Manter a Rua Luiz Guaranha significa assim manter um grupo e suas características em uma região próxima do centro da

cidade, emergindo como um símbolo da resistência negra de Porto Alegre, investindo na construção de identidades coletivas e também pessoais.

Cabe então informar que o grupo do Areal possui características específicas diferenciadas, tanto no que se refere ao aspecto de sua organização espacial quanto em seu modo de vida cotidiano, que difere de seu entorno, lugar de classe média, com suas casas e prédios modernos. Por se tratar de uma rua estreita e pequena, onde todos os moradores se conhecem, o que se vivencia no cotidiano são sociabilidades e tensões entre os moradores, lembrando muito qualquer pequena cidade de interior. Chega-se no local e vemos crianças brincando, cadeiras em frente às casas onde as pessoas se reúnem para conversar, o constante movimento de pessoas de um local a outro, sempre ocupados com alguma tarefa e basta perguntar por algum morador específico, que logo todos se mobilizam em sua procura, seja para indicar o local que se deve ir, seja para acompanhar na busca ou mesmo gritando o nome da pessoa até que esta apareça.

Existe aqui um forte sentimento de pertencimento a este território, laços calcados nas memórias afetivas e nas experiências dos moradores, ao seu modo diferenciado de habitar a rua e de usufruir deste espaço urbano. E o reconhecimento desta área como um remanescente de quilombolas acabou por agregar um novo elemento nas práticas deste grupo, pois além de assegurar o direito de permanência desta comunidade de maioria pobre e afro-descendente se mantém a imagem de contradições sociais na região central de Porto Alegre.

A ação política para manutenção da avenida ante o quadro de dissolução do ambiente urbano em que esta inserida significa preservar um resquício das antigas formas do Areal da Baronesa, demonstrando que o passado desdobra-se no presente. Para a manutenção desta área, é preciso um constante engajamento dos moradores em seus laços de solidariedade e em suas sociabilidades, pois ambos os tornam diferentes e fortes, frente aos movimentos contrários as suas necessidades e interesses, pois a pressão vai continuar a existir.

NOTAS:

1. Segundo a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a Lei Municipal número 2.002, de 07/12/1959 define que a área oficial da Cidade Baixa está circunscrita pelas perimetrais Aureliano de Figueiredo Pinto, Praia de Belas, Loureiro da Silva, Venâncio Aires e João Pessoa.

Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/gpn/default.php?p_secao=74.

Acessado em: 25/10/2012

2. Marques, Olavo Ramalho. Op cit., p. 21. “Uma região próxima ao centro insular de Porto Alegre, fronteira entre Cidade Baixa e Menino Deus - próxima também do bairro Praia de Belas - que, como toda fronteira, não pertence a um lado nem a outro, e a um só passo aos dois. Oficialmente, está situada no bairro Menino Deus, porém para alguns moradores é parte da Cidade Baixa.”

3. Dados retirados de GEHLEN, Ivaldo. (coord. geral) et al., Estudo quanti-qualitativo da população quilombola do município de Porto Alegre/RS. LABORS - IFHC/UFRGS. Porto Alegre, 2008.

4. Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre e IBGE - Censo 2000.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONNEMAISON, Joël; CAMBRÉZY, Luc. **Le lien territorial: entre frontières et identités. Geographies et cultures.** Paris: L'Harmattan, n. 20, 1996.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (org.); **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural.** 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

COSTA, Ângela Maria Faria da. **Quilombos urbanos, segregação espacial e resistência em Porto Alegre/RS.** Porto Alegre, 2008. Diss. (Graduação em Geografia) - UFRGS, Instituto de Geociências. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16006/000679141.pdf?sequence=1>
Acessado em: 10/03/2014.

COSTA, Elmar Bonnes da (Ed.). **História Ilustrada de Porto Alegre.** Porto Alegre: Já Editores, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **Concepções de Território para Entender a Desterritorialização.** In: **Território Territórios.** Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO-UFF/AGB, p. 17 a 38, 2002.

_____. **Da desterritorialização à multiterritorialidade: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina.** São Paulo: USP, 2005. 19 p. Disponível em: http://mazingher.sisib.uchile.cl/repositorio/ap/arquitectura_y_urbanismo/h20054111314desterritorializacion.pdf
>. Acesso em: 14 jul. 2013.

_____. (1997). **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste.** Niterói: EDUFF.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **A abordagem territorial e a noção de representação. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças - Espaço de Socialização de Coletivos.** Porto Alegre, 2010. Disponível em: www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=4525
Acessado em: 10/03/2014.

_____. **Tendências e mudanças recentes na organização do espaço em face dos processos de reestruturação econômica global e reforma do Estado.** In: Boletim Gaúcho de Geografia. No. 24, p. 9-18, 1998.

_____. **Territorialidades de inclusão e exclusão social.** In: REGO, N.; MOLL, J.; AIGNER, C. (Orgs.) Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 21-44, 2006.

MATTOS, Jane Rocha de. **“Que arraial que nada, aquilo lá é um areal”. O Areal da Baronesa: Imaginário e História (1879-1921).** Porto Alegre, 2000. Diss. (Mestrado em História) - Curso de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica/RS.

MARQUES, Olavo Ramalho. **Entre a Avenida Luís Guaranha e o Quilombo do Areal: estudo etnográfico sobre memória, sociabilidade e territorialidade negra em Porto Alegre/RS.** Porto Alegre: UFRGS, 2006.

_____. **O Dinheiro e o espaço da cidade: reflexões a partir da etnografia da Avenida Luís Guaranha, Porto Alegre/RS.** Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://migre.me/bdHmk>. Acessado em: 02/09/2012.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico.** 1 ed., São Paulo: Contexto, 2010.

MOURA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos e os homens de bem: práticas e representações sobre o cativo e a liberdade em Porto Alegre na segunda metade do século XIX (1858/1888).** Diss. (Mestrado em História) - Curso de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, Robert. 1986. Human Territoriality : its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **O território: diferentes interpretações na literatura italiana**. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO E. S.; SAQUET, M. A. (orgs.) Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p.121-147.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Orgs.) **Territórios e territorialidades. Teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.